

CMPD - HISTÓRIA

Não podemos, jamais, nos acomodar em cima de conquistas obtidas. Ao contrário, elas devem nos estimular a identificar e vencer novos desafios. Fazer história é estar identificado com as exigências do tempo presente, utilizando os ensinamentos e experiências acumulados no tempo passado. Mas mirando as demandas que o tempo futuro nos impõe (Ana Cláudia Domingues, presidenta do CMPD entre 2017 e 2019)

O CMPD tem mais de trinta anos de história! Foi um dos órgãos pioneiros na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, tendo sido criado antes mesmo do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Com Deficiência (CONADE). Sua história é permeada por lutas e conquistas. Antes de contar um pouco mais sobre essa história, é importante saber quem fez parte dela. Por isso, abaixo você pode conhecer cada um dos presidentes e das presidentas do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.



Luiz Baggio Neto
(1992 a 1994)



Gilberto Frachetta
(1994 a 1996 e 2013 a 2015)

CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO:
TRAJETÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS



Ivan Carlos Alonso
(1996 a 1998 e 1999 a 2001)



Galdino Oliveira Teixeira
(2001 a 2003)



Doralice Pereira Simões
(2003 a 2005 e 2007 a 2009)



Joelina Nunes
(2005 a 2007)



Gersonita Pereira de Souza
(2009 a 2011 e 2015 a 2017)



Sandra dos Santos Reis
(2011 a 2013)



Ana Claudia Domingues
(2017 a 2019)



Marly dos Santos
(2019 a 2021)

Esses presidentes e presidentas colaboraram para que os direitos das pessoas com deficiência fossem fortalecidos. O CMPD, por meio de seus presidentes e conselheiros, construíram a história de defesa de direitos e de formulação e monitoramento de políticas públicas. E essa história será contada a seguir.

O ÍNICIO

Antes do Conselho ser fundado, as pessoas com deficiência só tinham um movimento de pessoas com deficiência, onde [...] nós nos reuníamos no Largo do Café para falar de política pública, sabe? Ali parava em um restaurante ou parava em um banco mesmo, aí sentava e debatia e conversava. até que foi fundado o Conselho. O Conselho era um sonho de consumo de todas as pessoas com deficiência, para que nós ali pudéssemos agregar pessoas e estar lutando, mostrando a força, a quantidade de pessoas com deficiência que estavam ali lutando (Sandra Reis, presidenta do CMPD entre 2011 e 2013).

O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência foi criado por meio do Decreto nº 28.004, de 21 de agosto de 1989. É importante dizer que a criação do CMPD foi fruto de dois importantes movimentos que aconteciam na sociedade brasileira: 1) a ampliação e o fomento à participação

democrática dos cidadãos nas decisões do governo, fortemente influenciada pela Constituição Federal de 1988; e 2) a crescente organização política das pessoas com deficiência para defender seus direitos e promover políticas públicas voltadas para elas. Conforme apontam Fonseca, Dias & Barbosa (2020, p. 101)⁸,

com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), um marco nacional fundamental na garantia dos direitos humanos no país e um esforço importante de inclusão e de participação social para diferentes atores, que as pessoas com deficiência puderam se afirmar como protagonistas de suas próprias lutas, conforme preconizava o movimento político instituído na época

Em seu primeiro ano de existência, o CMPD já deu início às primeiras reuniões do órgão, com discussões sobre a saúde mental das pessoas com deficiência; políticas públicas educacionais para alunos com deficiência matriculados nas escolas municipais; políticas de esportes para a população com deficiência e eventos para o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, por exemplo. Além disso, já em 1989, o CMPD tornou-se um importante canal de fiscalização e de recebimento de denúncias de violação dos direitos das pessoas com deficiência.

Destaca-se ainda, em 1989, a intensa participação do CMPD no processo de construção da Constituição Estadual de São Paulo - promulgada em 05 de outubro de 1989 - e da Lei Orgânica do Município de São Paulo - promulgada em 04 de abril de 1990. O Conselho, enquanto representante da sociedade civil, apresentou emendas aos textos em elaboração e realizou reuniões com os parlamentares constituintes e manifestações para pressionar pela aprovação dessas emendas. Ainda neste tema de participação da pessoa com deficiência nos processos políticos, o CMPD realizou discussões e encaminhou sugestões ao Tribunal Superior Eleitoral para que fossem

5. FONSECA, I. F. da, DIAS, F. S. & BARBOSA, E. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: agenda política e atividades executadas. IN: ARELINO, D. P. de, FONSECA, I. F. da & POMPEU, J. C. B. Conselhos Nacionais de Direitos Humanos: uma análise da agenda política. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

garantidas seções de votação acessíveis a fim de que as pessoas com deficiência tivessem assegurado o seu direito ao voto na Eleição Presidencial de 1989, que possibilitou à população escolher por meio do voto direto - o que não acontecia há mais de 20 anos - o presidente do país.

O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência se mostra então como um espaço em que as lutas das pessoas com deficiência são potencializadas. Nesse sentido, a criação do CMPD é importante por unir as diferentes demandas em um único órgão, possibilitando que o tema da deficiência seja trabalhado de maneira transversal e não mais segmentada.

Existiam já, há muito tempo já, várias organizações de pessoas com deficiência, só que elas eram voltadas para temas... eram temáticas normalmente. Você tinha uma associação voltada para o esporte, você tinha uma associação que era voltada exclusivamente para o trabalho ou então entidades que eram voltadas para a sua própria deficiência (Gilberto Frachetta, presidente do CMPD entre 1994 e 1996 e 2013 e 2015).

Em resumo, conforme aponta depoimento extraído do trabalho de Souza (2018⁹, p.74), o CMPD surge em um contexto em que existia

um movimento de pessoas com deficiência, do qual eram participantes o Dr. Luiz Baggio, Gilberto Frachetta, o Galeno, a Francisca, as pessoas da velha guarda, algumas pessoas que estão agora no Conselho Estadual que continuam atuando inclusive. E de repente o pessoal falou, não a gente tem que montar um local de direito pra gente e reunir todas as problemáticas e ir, porque eles viram que todos os movimentos tinham o mesmo problema, não tinham o espaço de atuação, não tinham condições diretas de tratativa com o poder público, e não tinha força de luta, entendeu? Então tinha que ser algo mais

6. SOUZA, Leila Jesus de. A atuação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

organizado. Então foi quando eles resolveram fundar o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Encabeçado por estes dinossauros, como eles mesmos dizem, pra poder ter condições de formalizar a política pública e ter força de cobrança.

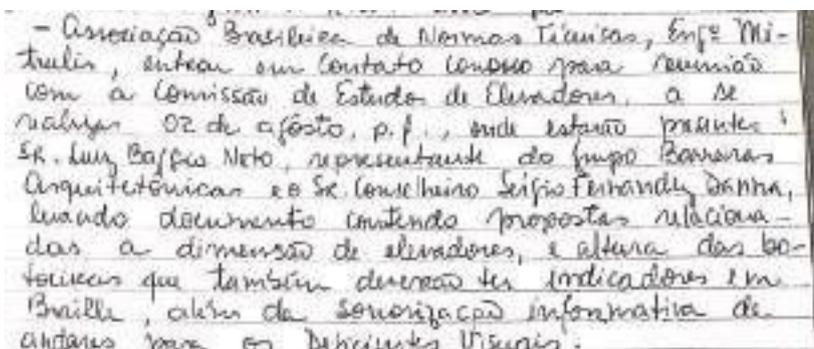
Com mais de 10 reuniões realizadas entre agosto e dezembro de 1989, o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência dava início à sua trajetória de luta pela garantia dos direitos da população com deficiência e de contribuições relevantes para que a sociedade seja mais justa e inclusiva.

DÉCADA DE 90

A trajetória de lutas do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência prossegue na década de 1990. Diversas discussões, atendimentos, fiscalizações e denúncias foram realizadas nesse período.

As atas das reuniões do CMPD revelam que foram discutidos temas como: a acessibilidade e gratuidade para pessoas com deficiência e seu acompanhante no transporte público; as barreiras arquitetônicas existentes na cidade de São Paulo; a empregabilidade das pessoas com deficiência; a NBR 9050, que traz normas sobre acessibilidade de pessoas com deficiência a edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos; a criação de acervo acessível em bibliotecas públicas; e a isenção de tributos na compra de automóveis. Esse último tema - a isenção do Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI) na compra de carros por pessoas com deficiência - envolveu até a realização de audiência com Fernando Collor de Mello, Presidente da República na época.

CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO: TRAJETÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS



- Associação Brasileira de Normas Técnicas, Eng^o Mitrulis, entrou em contato conosco para reunião com a Comissão de Estudos de Elevadores, a se realizar 02 de agosto, p.f., onde estarão presentes: Sr. Luiz Baggio Neto, representante do Grupo Barreiras Arquitetônicas e o Sr. Conselheiro Sérgio Fernandes Danna, levando documento contendo propostas relacionadas a dimensão de elevadores, e altura das botoeiras que também deverão ter indicadores em Braille, além de sonorização informativa de andares para os Deficientes Visuais.

Trecho extraído do caderno de atas do CMPD. Registro de reunião realizada em 17/07/1990, em que um dos pontos de pauta é a NBR 9050. Transcrição:

- Associação Brasileira de Normas Técnicas, Eng^o Mitrulis, entrou em contato conosco para reunião com a Comissão de Estudos de Elevadores, a se realizar 02 de agosto, p.f., onde estarão presentes: Sr. Luiz Baggio Neto, representante do Grupo Barreiras Arquitetônicas e o Sr. Conselheiro Sérgio Fernandes Danna, levando documento contendo propostas relacionadas a dimensão de elevadores, e altura das botoeiras que também deverão ter indicadores em Braille, além de sonorização informativa de andares para os Deficientes Visuais.

A década de 1990 foi marcada por uma importante conquista para o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência: a sua existência passou a ser regulamentada por uma Lei e não mais por um Decreto. A existência do CMPD garantida apenas pelo Decreto nº 28.004/1989 significava que o prefeito poderia extinguir o Conselho a qualquer momento, por meio da revogação do mesmo. Sendo assim, a Lei nº 11.315/1992 trouxe mais segurança para que o Conselho atuasse na defesa dos direitos das pessoas com deficiência e não estivesse sujeito ao arbítrio das gestões municipais.

Foi também na década de 1990 que as pessoas com deficiência da cidade de São Paulo viram outra grande conquista do Conselho Municipal ser alcançada: a criação do serviço de Atendimento Especial, o Atende+ (transporte gratuito). Criado por meio do Decreto nº 36.071/1996 - atualmente regido pela Lei Municipal nº 16.337/2015 -, o serviço é gratuito e destina-se às pessoas com autismo, surdocegueira ou deficiência física com alto grau de severidade e dependência, no horário das 7h às 20h, de segunda-feira a domingo, excetuando-se os feriados. Além do atendimento

porta a porta a cidadãos cadastrados, o Atende+ oferece atendimento aos fins de semana, denominados de “eventos aos fins de semana”. Nesse tipo de serviço, os pedidos de transporte são feitos diretamente pelas instituições que trabalham com pessoas com deficiência (com, no mínimo, dez dias de antecedência).

O Atende+ é fruto de muito esforço e dedicação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, que ouviu as demandas da população com deficiência e dedicou inúmeras reuniões para discutir o tema, além de ter realizado um intenso trabalho de articulação com a Secretaria Municipal de Transportes e o gabinete da Prefeita.



Pessoas com Deficiência utilizam o Atende+ para participar de ações e serviços ofertados na cidade de São Paulo

A década de 1990 contribuiu para ampliar a participação da sociedade nas ações do CMPD, o que foi importante para consolidar o Conselho como órgão que fiscaliza e propõe ações para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência tanto no nível municipal quanto no nível nacional (como no caso da pressão pela aprovação da lei de isenção dos impostos na compra de automóveis em todo o Brasil).

DÉCADA DE 2000

Já no início da década de 2000, é possível observar que o trabalho do Conselho foi fundamental para que a cidade de São Paulo desenvolvesse ações no nível municipal muito antes da existência de leis federais. Por meio do trabalho do CMPD, por exemplo, a Secretaria Municipal de Habitação instituiu, em 2001, a reserva de no mínimo 3% de unidades habitacionais em projetos financiados pela Secretaria para as famílias de pessoas com deficiência.

Para além da área da habitação, as discussões do CMPD continuaram fomentando ações em diversas outras áreas, como transportes, emprego e renda e educação. Nessa última área, o Conselho fomentou as discussões que resultaram na criação dos Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI), vinculados à Secretaria Municipal de Educação, em 2004.

Os CEFAIs, que existem até hoje, têm o importante papel de desenvolver ações de formação e projetos, produzir materiais, orientar e supervisionar as Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão, além de dispor de acervo bibliográfico e de disponibilizar equipamentos específicos para alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento - TGD, Transtornos do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

Outro ponto importante na década de 2000 foram os seminários, cursos e palestras promovidos pelo CMPD. Temas como mulheres com deficiência, direitos sexuais e reprodutivos e políticas educacionais, por exemplo, foram discutidos nos eventos do Conselho Municipal.